

## Política e construção noticiosa no sistema de mídia regional: o caso da TV Mirante e do Governo do Maranhão<sup>1</sup>

Sarah Dantas do Rego Silva<sup>2</sup>

Sammyla Maciel<sup>3</sup>

Camilla Quesada Tavares<sup>4</sup>

118

**Resumo:** O objetivo da pesquisa é investigar como os profissionais da TV Mirante, afiliada da Rede Globo no Maranhão, atuam em relação à cobertura de assuntos políticos, considerando que o atual governador é do grupo oposto à proprietária do veículo, a família Sarney. Do mesmo modo, procuramos compreender quais as estratégias de comunicação do governo estadual para inserir suas pautas no jornalismo da emissora. Como metodologia foi adotada a técnica de entrevistas em profundidade com oito profissionais da TV Mirante e quatro da Secretaria de Comunicação e Assuntos Políticos (SECAP) do Estado. Diante das entrevistas realizadas, as principais considerações do estudo mostram que as declarações dos profissionais da SECAP vão de encontro aos da TV Mirante. Por um lado, a maior parte dos entrevistados da emissora defendem que não há intervenções políticas na cobertura jornalística. Por outro, os profissionais da SECAP alegam que há resistência, por parte do referido veículo, em emplacar notícias sobre o governo do Estado.

**Palavras-Chave:** produção noticiosa; sistema de mídia regional; TV Mirante; SECAP; Maranhão.

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados da pesquisa “Entre o discurso e a prática: a percepção dos jornalistas sobre a atuação profissional nas redações maranhenses”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA), Edital Universal Proc. N. 01005/19. As dissertações foram financiadas por meio de bolsas de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Foi bolsista CAPES (2019-2021). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7183-2053>. Email: [s.dantassarah@gmail.com](mailto:s.dantassarah@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Foi bolsista CAPES (2019-2021). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5303-0292>. Email: [sammylamaciel@hotmail.com](mailto:sammylamaciel@hotmail.com).

<sup>4</sup> Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutorada em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5490-6850>. Email: [camilla.tavares@ufma.br](mailto:camilla.tavares@ufma.br).

## 1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade investigar como os profissionais da TV Mirante, afiliada da Rede Globo no Maranhão, atuam em relação à cobertura de assuntos políticos, considerando que o atual governador - Flávio Dino (Partido Socialista Brasileiro, PSB) é do grupo oposto à proprietária do veículo, a família Sarney. Do mesmo modo, procuramos compreender quais as estratégias de comunicação do governo estadual para inserir suas pautas no jornalismo da emissora. A falta de regulamentação na legislação de radiodifusão e o modelo de propriedade cruzada adotado pela economia do Brasil contribuem para a concentração do sistema de mídia no país, deslegitimando a pluralidade da reprodução de informações e liberdade de expressão (LIMA, 2012; VANNUCHI, 2018). A pesquisa desenvolvida pelo Intervozes em parceria com o Repórteres Sem Fronteiras, o *Media Ownership Monitor Brasil* (MOM), no ano de 2019, constatou que no mercado de mídia brasileiro existe alta concentração geográfica, falta de transparência e muitas interferências políticas, econômicas e religiosas.

119

O vínculo de sistemas de radiodifusão com grupos políticos é uma realidade que permeia o cenário brasileiro desde a ditadura militar (SODRÉ, 1999), ficando mais evidente com a distribuição indiscriminada de concessões em trocas de favores políticos em mandatos como o de general Figueiredo, José Sarney e Fernando Henrique Cardoso (COUTO, 2007; PIERANTI, 2006). Pinto (2017) mostra que a problemática atravessa as regiões Norte e Sul do país, não sendo uma prática exclusiva de determinadas regiões brasileiras, o que corrobora os achados de outras pesquisas (COUTO, 2007; MENDONÇA e REBOUÇAS, 2009; PINTO, 2017; PORCELLO, 2019). O Maranhão, um dos estados em que a situação se repete, é marcado por laços políticos com grandes sistemas de mídia.

Os dois principais conglomerados do estado, Sistema Difusora de Comunicação – afiliada ao SBT - e Sistema Mirante de Comunicação – afiliada da Rede Globo, são de propriedade de duas famílias que possuem longa trajetória política: famílias Lobão e Sarney, respectivamente. Com essa relação de proximidade e de aliança, ambas representam os dois maiores grupos de comunicação do estado, sobretudo por possuírem os principais canais de televisão

em uma localidade onde a internet ainda não é tão popular quanto em outras regiões do país (MÍDIA DADOS, 2019; PNAD, 2018).

O Sistema Mirante é o maior grupo midiático do Nordeste em quantidades de veículos (SHUEN, ALMEIDA, REIS, 2019; ATLAS DA COBERTURA REDE GLOBO, 2020) e ter um sistema de mídia controlado por políticos pode interferir na produção da notícia, já que as informações fornecidas por um jornalismo vinculado a oligopólios podem se tornar tendenciosas, como sugerem, por exemplo, as pesquisas de Aguiar (2016), Shuen (2018b) e Cabral (2019). Isso, por sua vez, seria ruim para a democracia, uma vez que a informação que circula nos meios de comunicação contribui para compor o ambiente informacional dos cidadãos (CERVI, 2011), já que tende a influenciar o público (McCOMBS, 2009). Além disso, parte-se do princípio de que o tipo de informação consumida impacta na qualidade do debate estabelecido na esfera pública e, conseqüentemente, na qualidade da democracia (HABERMAS, 2006). Portanto, acredita-se ser pertinente compreender como os profissionais lidam com esse cenário de concentração político-midiática, a partir dos envolvidos nos dois lados do processo: do ponto de vista jornalístico, e do ponto de vista dos assessores que atuam no governo do Estado.

120

O mapeamento de trabalhos sobre a relação entre a comunicação e a família Sarney (MACIEL, 2019), indica que o jornalismo do Sistema Mirante é apontado por muitos autores como ferramenta política para obtenção/manutenção de poder. Nas eleições e no mandato de Flávio Dino (PSB) – político de oposição à família Sarney e atual governador do Maranhão -, as coberturas jornalísticas continuam enviesadas positivamente aos políticos ligados aos veículos do grupo Sarney (SOUSA, 2018a; SHUEN, ALMEIDA, REIS, 2019). Devido à disputa de poder que se dá diretamente entre o grupo político que controla o Sistema Mirante e o grupo político que governa o estado, nos detivemos apenas à TV Mirante neste trabalho.

A partir deste contexto, este trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: em que medida um veículo jornalístico abertamente ligado a um grupo político interfere na divulgação da informação sobre um governo de oposição? Para isso, toma-se como caso a relação entre TV Mirante, do grupo Sarney, e a Secretaria de Comunicação e Assuntos Políticos (SECAP), ligada ao governo do estado do Maranhão. Como objetivos, tem-se: 1) investigar como os profissionais da TV Mirante atuam em relação à cobertura de assuntos políticos; e 2) compreender

quais as estratégias de comunicação do governo estadual para inserir suas pautas no jornalismo da Mirante, considerando que o atual governador é do grupo político oposto ao da família Sarney. Como procedimentos metodológicos, utiliza-se a técnica de entrevistas em profundidade, realizadas com oito profissionais da redação telejornalística da TV Mirante e com quatro servidores da SECAP, totalizando 12 entrevistados que compõem o *corpus* desta pesquisa<sup>5</sup>.

Dessa forma, este artigo está estruturado em quatro partes. A primeira faz uma discussão teórica acerca das especificidades do sistema midiático do Brasil; a segunda traz um mapeamento dos dois principais conglomerados de comunicação do Maranhão, com foco no Sistema Mirante de Comunicação, cuja administração envolve laços políticos com o grupo Sarney, que esteve no poder por quase meio século. Esta seção ainda descreve a estrutura da SECAP, instaurada pelo governador Flávio Dino; o terceiro tópico apresenta os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa e o quarto trata da análise descritiva e reflexiva dos dados obtidos. Por fim, no quinto tópico estão os principais achados da investigação.

121

## 2. Sistemas de mídia e a realidade brasileira

A atuação midiática, sobretudo jornalística, delinea o modo como se desenvolvem e se estruturam os sistemas de mídia. O campo de estudo voltado para a caracterização e sistematização dos conglomerados midiáticos vem avançando no decorrer do tempo. Ainda que a temática tenha sido abordada em 1950, um dos marcos cruciais para as pesquisas ocorreu em 2004, quando Hallin e Mancini (2004) trouxeram quatro dimensões de análise e três modelos que retratam os sistemas, tendo como base 18 países. As críticas a respeito do trabalho foram recorrentes e provocaram diversos pesquisadores a avançar nas investigações e extrapolar a amostra dos países da Europa Ocidental, a fim de oferecer leituras mais complexas e modelos de sistemas midiáticos mais plurais que estivessem fora do eixo do norte global.

A proposta seminal de Hallin e Mancini (2004) define quatro dimensões que caracterizam os sistemas de mídia: 1) desenvolvimento dos mercados de mídia; 2)

---

<sup>5</sup> Os resultados apresentados neste trabalho são um recorte e uma tentativa de aproximação das pesquisas desenvolvidas no mestrado pelas duas primeiras autoras.

paralelismo político; 3) profissionalismo jornalístico; e 4) papel do Estado. Por meio do estudo, os pesquisadores chegaram a três modelos de sistemas: 1) Corporativista Democrático; 2) Liberal; e 3) Pluralista Polarizado. A partir disso, diversos pesquisadores (NORRIS, 2009; McCARGO, 2012; VOLTMER, 2012; ALBUQUERQUE, 2012; CHAKRAVARTTY e SRIRUPA, 2013; GUERRERO, 2014) procuraram demonstrar como os modelos e dimensões definidos por Hallin e Mancini (2004) são limitantes e não abarcam perspectivas distintas inseridas em outros contextos.

McCargo (2012), por exemplo, ilustra as diferenças e diversidades dos sistemas a partir do modelo político e midiático da Ásia. O autor defende a ideia de divergência no lugar do ideal de convergência dos sistemas, como proposto por Hallin e Mancini (2004). Chakravartty e Srirupa (2013) pontuam como os sistemas de mídia indiano diferem de outros modelos. As pesquisadoras demonstram a importância da televisão na Índia, que possui o maior número de canais de notícia comerciais de televisão no mundo e as diferenças regionais, que corroboram para um modelo difuso e plural. Guerrero (2014), por sua vez, aponta que os sistemas de mídia da América Latina possuem atuação e estruturas diferentes, uma vez que o que prevalece são os sistemas de radiodifusão comercial, uma extensa relação de clientelismo e grau de proximidade entre novos políticos e mídias tradicionais, após o processo de transição de regimes, característica que também toca o caso brasileiro. Essas perspectivas se distanciam bastante dos modelos propostos na pesquisa inicial de Hallin e Mancini (2004), o que implica na necessidade de se explorar mais os sistemas de mídia de diferentes contextos sob diferentes variáveis (ALBUQUERQUE, 2012).

122

Tratando especificamente sobre o Brasil, Albuquerque (2012) salienta que no país predomina o sistema de mídia de radiodifusão comercial, desde o início da imprensa. Além dessa, o autor aponta as seguintes características: a televisão, assim como no caso indiano, é também o principal suporte para informações e entretenimento do brasileiro; o desenvolvimento da mídia ocorreu tardiamente; os jornalistas do país, mesmo que tenham se baseado na identidade do modelo americano, atuam de forma distinta; e o paralelismo político não se aplica na maneira proposta por Hallin e Mancini (2004), pois, para Albuquerque (2012), o modo como o conceito de paralelismo político é construído não se enquadra em uma perspectiva universal. O autor avalia que o conceito foi criado para dar conta de um

contexto circunscrito na Europa Ocidental, o que se diferencia de outras realidades, como a brasileira. Uma das premissas do paralelismo político é que a posição da mídia reflète a posição dos partidos e, no Brasil, temos na personalização da política uma característica muito forte do nosso sistema político. Desse modo, o sistema midiático brasileiro se difere de outros países, mesmo possuindo algumas similaridades.

As relações políticas e econômicas com os meios de comunicação ocorrem desde quando surgiu a mídia, e particularmente a mídia televisiva, no país. As práticas de concessões de rádio e televisão a políticos tornaram-se frequentes durante a ditadura militar e foram fortalecidas na gestão do ex-presidente José Sarney, proprietário do maior conglomerado de mídia, em quantidade de veículos, da região Nordeste (SHUEN, ALMEIDA, REIS, 2019), o Sistema Mirante de Comunicação. Juntamente com seu Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, Sarney articulou formas para que as concessões fossem dadas a grupos políticos, distribuindo mais de mil concessões de rádio e televisão na época (DÓRIA, 2011; MATTOS, 2010).

123

As estreitas relações dos sistemas de mídia com a política interferem diretamente no desenvolvimento democrático da comunicação e informação, uma vez que se observam tendências de enviesamento da cobertura (AGUIAR, 2016; CABRAL, 2019). Em contextos democráticos, isso se torna problemático porque o veículo se torna um instrumento político, ora atuando a favor de uns, ora contra outros. Seguindo as premissas de Habermas (2003), o papel dos meios de comunicação seria o de dar visibilidade aos temas de interesse público, bem como às ações dos políticos, garantindo uma informação de qualidade para os cidadãos. Se temos algum tipo de conflito de interesse nessa esfera, a cobertura pode sofrer interferências e o cidadão pode acabar por ter uma leitura enviesada da realidade.

A pesquisa desenvolvida pelo Intervozes em parceria com o Repórteres Sem Fronteiras, o *Media Ownership Monitor Brasil* (MOM) constatou que os 50 maiores sistemas de mídia do Brasil são de propriedades de 26 grupos econômicos, políticos e religiosos. Este cenário é uma problemática que atravessa todas as regiões brasileiras (COUTO, 2007; MENDONÇA e REBOUÇAS, 2009; PINTO, 2017; PORCELLO, 2019), com a presença de oligarquias no cenário político e midiático, embora a Constituição Federal de 1988 preveja o contrário. Além disso, a

Constituição também proíbe que deputados e senadores estabeleçam contratos com órgãos ou empresas públicas. Mas, apesar disso, os senadores e deputados são os maiores detentores de concessão de sistemas de radiodifusão no país (SHUEN, ALMEIDA, REIS, 2019).

A discussão apresentada será aprofundada no próximo tópico, a partir do caso estudado neste trabalho. A seguir, apresentamos um panorama sobre a maior organização midiática, tanto em termos de audiência como de alcance territorial, o Grupo Mirante, que possui vínculos diretos com um dos grupos políticos mais estabelecidos no estado e no país, a família Sarney. Posteriormente, discutimos os principais pontos sobre a carreira política do atual governador do Estado, Flávio Dino, e o trabalho da Secretaria Estadual de Comunicação e Assuntos Políticos do Maranhão (SECAP).

### **2.1. TV Mirante: maior conglomerado de mídia do estado do Maranhão**

O Maranhão é o segundo maior estado da região Nordeste e fica em oitavo lugar na posição nacional. Com 217 municípios, a área territorial da unidade federativa é de 329.642,170 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018), e possui uma população estimada de 7.075.181 habitantes (IBGE, 2019). Ele ainda faz divisa com os estados do Piauí, Tocantins e Pará. Em termos midiáticos, atualmente, o estado conta com 26 jornais impressos, 39 portais de notícia, 114 emissoras de televisão, 74 veículos radiofônicos e 186 plataformas digitais (ATLAS DA NOTÍCIA, 2020) <sup>6</sup>.

Desde a chegada até a consolidação, os sistemas de mídia televisivos no estado do Maranhão foram marcados por interesses e intervenções políticas (BUZAR, 2013; FIGUEIREDO, 2016). A primeira emissora do estado, a TV Difusora, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), chegou em 1963 e tinha como proprietários os irmãos Raimundo Bacelar e Magno Bacelar (FIGUEIREDO, 2016). Raimundo Bacelar elegeu-se deputado estadual no mandato de 1950 a 1958. Já Magno Bacelar teve uma ampla trajetória política: foi deputado estadual (1963-1967; 2003-2004) e deputado federal pelo Maranhão (1975-1987; 1995-1999) por dois mandatos; vice-prefeito de São Luís nos anos de 1989 a 1991; senador pelo estado do Maranhão entre 1991 e 1995; e prefeito da cidade de Coelho Neto no período de 2005 a 2008. Atualmente, o veículo é controlado pela família do grupo

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

político de Edison Lobão, ex-senador pelo estado do Maranhão. Foi administrada até recentemente por Rafael Barjona Lobão<sup>7</sup> e teve como sócios, até o final do primeiro semestre de 2021, o ex-senador e empresário, Edison Lobão Filho e sua esposa, Paula Studart Quintas Lobão<sup>8</sup>.

No entanto, a maior organização de mídia atualmente, tanto em termos de alcance como de audiência, é o Sistema Mirante de Televisão, afiliado da Rede Globo. O Grupo Mirante, como é popularmente conhecido, conta com uma programação estendida por duas rádios, Rádio Mirante e Mirante FM; pelo portal de notícias, o Imirante.com<sup>9</sup>; e pela televisão, a qual opera como canal aberto para todo estado e está distribuída entre cinco praças<sup>10</sup> que cobrem 216 dos 217 municípios do Maranhão, localizadas em São Luís – onde encontra-se a cabeça de rede –, Região dos Cocais, tendo Caxias como a cidade sede; e outras praças na cidade de Santa Inês; Imperatriz e Balsas (FERREIRA, 2018; ATLAS DE COBERTURA REDE GLOBO, 2020; SILVA, 2021).

125

A rede de comunicação é de propriedade da família do ex-presidente José Sarney, tendo como superintendente o filho mais velho da família, Fernando José Macieira Sarney, e como presidente do grupo, sua esposa, Teresa Sarney. Além disso, dois irmãos de Fernando Sarney atuam como sócios da empresa de comunicação: a ex-governadora do estado, Roseana Sarney Murad, e o deputado federal, José Sarney Filho.

A grade de programação telejornalística da emissora conta com três telejornais com conteúdo, predominantemente, local e regional. O primeiro telejornal do dia é o *Bom dia Mirante*, veiculado de segunda a sexta-feira, das 6h às 8h da manhã. O telejornal é produzido pela capital São Luís e transmitido ao vivo para todo o estado. Conta com a participação das outras três praças, com notícias sobre as demais cidades. Já o JMTV 1º e 2º edição, veiculados no horário de meio dia

---

<sup>7</sup> Rafael Lobão morreu em 9 de junho de 2021, vítima da Covid-19. Mais informações em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/06/09/sobrinho-do-ex-senador-edison-lobao-morre-vitima-da-covid-19-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2021.

<sup>8</sup> Em consulta realizada no site da Receita Federal, no dia 4 de agosto de 2021, o nome de Rafael Lobão ainda consta como administrador da empresa, mas os atuais sócios são Lidia Maria Figueiredo Mazeli e Christine Tomaz de Souza.

<sup>9</sup> Disponível em <https://imirante.com/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

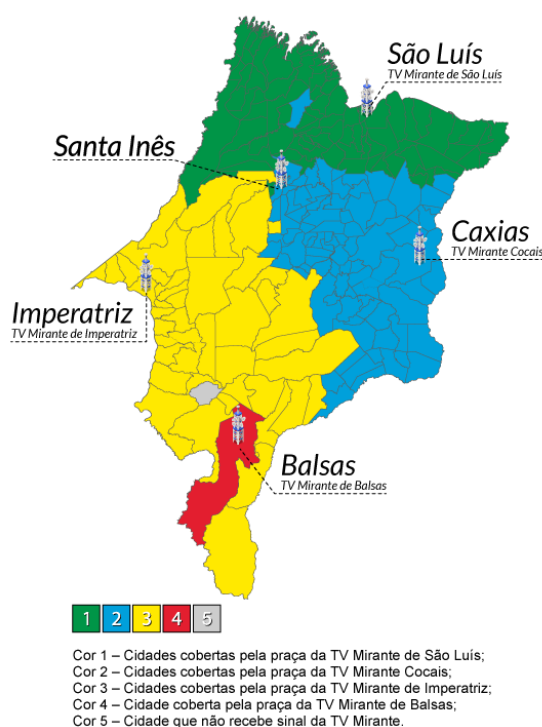
<sup>10</sup> Praça - ou sucursal - é a terminologia utilizada para caracterizar as retransmissoras de conteúdo produzido pelas emissoras afiliadas a veículos nacionais, podendo também ser produtora de conteúdo.



e à noite, respectivamente, são produzidos de forma independente entre as TV's de São Luís e Imperatriz, seguindo a mesma lógica de participação das demais emissoras (informação verbal)<sup>11</sup>.

As outras três praças não possuem produção local de telejornal e recebem sinal diretamente de São Luís. Conseqüentemente, somente as emissoras da TV Mirante de São Luís e Imperatriz possuem redação jornalística. No entanto, as outras sucursais possuem repórteres que auxiliam no processo de cobertura de notícias sobre as cidades que são responsáveis. Ao todo, são 37 profissionais trabalhando na produção e apresentação dos telejornais da emissora. Esses profissionais vão desde apresentadores, repórteres e produtores a editores de vídeo (SILVA, 2021)O mapa a seguir mostra a distribuição das redações da TV Mirante no estado:

**Mapa 1 – Área de cobertura da TV Mirante no estado do Maranhão**



126

Fonte: Silva (2021)

Como já mencionamos, algumas investigações sobre a cobertura da TV Mirante indicam que há uma tendência de abordagem de assuntos que depende do ator político envolvido – se ele faz parte do grupo apoiado por Sarney ou se é de oposição. No entanto, ainda não existem trabalhos que busquem compreender a

<sup>11</sup> Informação coletada na TV Mirante de São Luís no dia 06 de janeiro de 2020.

visão dos jornalistas em relação a essas imbricações, tampouco sobre o modo como essas disputas interferem na produção noticiosa do veículo, tal como nos propomos neste trabalho. Além de ouvir os profissionais da TV, buscamos compreender esse embate político a partir daqueles que atuam na Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos, a SECAP, a fim de oferecer as percepções de quem está de lados opostos da produção jornalística.

## **2.2. Secretária de Estado de Comunicação Social e Assuntos Políticos e o Governo de Flávio Dino**

Flávio Dino Costa e Castro vem de uma família de juristas com influências políticas<sup>12</sup>. Antes de se eleger governador, em 2014, foi deputado federal (2006-2010) e concorreu aos cargos de prefeito em São Luís (2008) e governador do Maranhão (2010), perdendo a vaga para João Castelo e Roseana Sarney, respectivamente.

127

Desde sua primeira candidatura, assumiu uma postura de oposição ao Grupo Sarney. Ele se aliou à base anti-sarneísmo, discursando a favor da renovação política no estado (BARROS FILHO, 2007). Assim, ao dividir a política em velha e nova, firma-se como um político da inovação. A bandeira de campanha levantada por Dino, de renovação política, usualmente utilizada no horário eleitoral em tom de esperança, incitava um Maranhão pós-Sarney livre de um “império” perpetuado por 50 anos<sup>13</sup>.

Analisando o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e a cobertura do jornal impresso e televisivo do Sistema Mirante<sup>14</sup> durante o período eleitoral de 2014, Sousa (2018b) constatou que os jornais complementavam de forma assíncrona e implícita os programas do HGPE, reforçando uma imagem positiva das propagandas de Lobão Filho, candidato do Grupo Sarney, enquanto rebatia as propostas de Flávio Dino.

A gestão Dino teve uma cobertura jornalística majoritariamente negativa por parte dos veículos do Sistema Mirante de Comunicação (SHUEN, DOMINGOS, REIS,

---

<sup>12</sup> Em “A tradição engajada: origens, redes e recursos no percurso de um agente” Barros Filho mapeia os antecedentes familiares de Flávio Dino e descreve sua caminhada ao cargo de deputado federal em 2006.

<sup>13</sup> Carta aos maranhenses. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c5P22vfTy7Q>. Acesso em: 15 ago. 2020.

<sup>14</sup> O Estado do Maranhão, que encerrou as atividades em outubro de 2021, e JMTV 1º edição.

2019). Em notícias negativas no mandato Roseana Sarney, o problema era sempre ligado à máquina do governo. Já as positivas eram associadas ao nome dela. Por outro lado, no governo Flávio Dino, as notícias positivas são associadas ao governo, enquanto as negativas à figura de Dino enquanto governador (SOUSA, 2018a; SHUEN, ALMEIDA, REIS, 2019). Assim como em 2014, na campanha de reeleição em 2018, o HGPE foi quase que exclusivamente o lugar de fala de Flávio Dino, levando em consideração a importância da televisão e a baixa presença de internet no Estado (MASSUCHIN, SOUSA, SILVA, 2019).

A eleição de Flávio Dino instaura um declínio no sarneísmo na medida em que há um desmonte político do Grupo Sarney nos pleitos eleitorais (MASSUCHIN, SOUSA, SILVA, 2019). Entretanto, essa derrocada não significou o enfraquecimento do maior sistema de comunicação do Maranhão. Em torno das cinco décadas de oligarquia, uma das grandes dificuldades dos opositores foi em se estabelecer politicamente e/ou governar com o maior sistema de comunicação do estado sob o domínio Sarney. Após a eleição, Flávio Dino evidencia essa preocupação quando propõe a quebra da politização dos meios, prometendo o aumento do acesso à banda larga e o fortalecimento de pequenos veículos de comunicação como formas alternativas de informação.

128

A dominação dos principais meios de comunicação pelo grupo Sarney foi construída ao longo de décadas, inclusive com o uso de influência na esfera nacional [...] Os maiores impérios de comunicação continuam sob o domínio do grupo Sarney e seus aliados, muitas vezes sendo utilizados como plataforma de vinganças, agressões e sectarismos. Para enfrentar esse cenário que permanece, temos apostado na mobilização social, na interiorização das ações do governo e vamos iniciar um processo de democratização da política oficial de comunicação. Antes ela era direcionada quase que exclusivamente aos veículos ligados à família Sarney (DINO, em entrevista ao DCM, 2015, s/p).<sup>15</sup>

Entende-se como parte do processo de democratização da política de comunicação do governo estadual, conforme sugerido por Flávio Dino, a fusão da Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP) com a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) para a criação da Secretaria de Estado de

---

<sup>15</sup> Os meios de comunicação de Sarney servem para a vingança': Flávio Dino, governador do MA, fala ao DCM". Disponível em <https://diariodocentrodomundo.com.br/os-meios-de-comunicacao-de-sarney-servem-para-a-vinganca-flavio-dino-governador-do-ma-fala-ao-dcm/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP). A SECAP é criada pelo Art. 10 da Lei nº 10.416 de 10 de março de 2016, segundo ano do mandato, sob a justificativa de diminuir gastos e garantir agilidade nos processos administrativos. Além de competências referentes à comunicação social, a nova pasta passou a desenvolver e manter articulação política a nível municipal, estadual e federal.

A junção da articulação política com a comunicação, mais do que cortes de gastos, suscita questões sobre poder e narrativas políticas. Entretanto, este trabalho foca nas estratégias de comunicação, por isso o órgão não é estudado sob o ângulo da articulação política. O que será esmiuçado são as secretarias adjuntas e competências observadas na perspectiva da Secretaria de Comunicação. Trabalhando em constante diálogo, mas dentro de suas especificidades, três secretarias adjuntas constituem a comunicação da SECAP. São elas: a) a Secretaria Adjunta de Comunicação Social, que é responsável pela produção e captação de informação e distribuição de conteúdo nas mídias tradicionais e alternativas. Essa subsecretaria também cuida da relação com as assessorias dos outros órgãos estaduais, além da relação com a imprensa e redes sociais. Nela trabalham servidores estaduais e funcionários de empresa terceirizada, especializada em assessoria de imprensa e comunicação digital; b) a Secretaria Adjunta de Marketing e Mídias Sociais, que cuida da distribuição dos recursos publicitários, além do planejamento estratégico de marketing para a imprensa tradicional e mídia digitais; e, c) a Secretaria Adjunta de Radiodifusão, que responde pela Rádio Timbira, dirigida também pelo secretário adjunto, e todo o serviço de radiodifusão desenvolvido pelo governo do Estado.

129

A SECAP faz um serviço integrado de comunicação social, isto é, o jornalismo dialoga com as relações públicas, publicidade e propaganda e marketing na elaboração estratégica de comunicação e no desenvolvimento da assessoria. Conta com diversos canais oficiais de informação sem interferência jornalística, que, na teoria, servem como ligação direta de comunicação com a sociedade. Na internet, a pasta se ocupa do Portal do Governo do Maranhão, do *site* Agência de Notícias e de perfis nas principais redes sociais. Na mídia tradicional, a pasta dispõe da Rádio

Timbira AM, apontada pelo secretário adjunto de radiodifusão, durante entrevista<sup>16</sup>, como um canal que prioriza o interesse público.

Anteriormente, nenhuma gestão estadual do Maranhão investiu tanto em mídia das fontes (SANT'ANNA, 2005). Nem precisava, já que os governos sarneístas tinham - e o grupo ainda tem - o Sistema Mirante a seu favor. O veículo tradicional administrado pelo governo, a Rádio Timbira AM, continuou esquecido no governo de José Reinaldo Tavares (2002-2006), quando este decretou cortes publicitários à TV Mirante; e no de Jackson Lago (2007-2009), que, mesmo instituindo novamente a SECOM, não chegou a desenvolver um plano mais elaborado de comunicação (FERREIRA, 2018). Em contrapartida, desde sua criação, em 1979, a pasta de comunicação do governo estadual do Maranhão se mostra muito cíclica, passando por momentos de extinção, instituição e reestruturação por várias vezes, a última realizada em 2021<sup>17</sup>.

130

Considerando o contexto político-midiático que circunda este trabalho, apresentamos a seguir os métodos e técnicas empregadas para o desenvolvimento do presente estudo e, na sequência, discutimos o resultado das entrevistas realizadas com os profissionais que atuam em lados diferentes do processo comunicativo.

### 3. Procedimentos metodológicos

Para este trabalho foi utilizada como técnica de pesquisa a entrevista em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado (DUARTE, 2005), com oito profissionais de comunicação da TV Mirante e quatro servidores da SECAP, totalizando 12 entrevistados<sup>18</sup>. A pergunta base realizada para os profissionais do veículo jornalístico foi: "A linha editorial do veículo em que você trabalha interfere no que é ou não produzido para os telejornais?", e a partir da resposta outras

---

<sup>16</sup> Detalharemos os procedimentos metodológicos no próximo tópico.

<sup>17</sup> Em 2021, a gestão Dino volta a desmembrar o órgão em SEAP e SECOM. Acredita-se que esta última mudança não altera as políticas de comunicação da Secretaria e que as mesmas estratégias de comunicação declaradas pelos entrevistados continuam a ser implementadas.

<sup>18</sup> As entrevistas que deram origem a este artigo foram realizadas de modo independente e serviram como base para o desenvolvimento de duas dissertações de mestrado, uma focada nos profissionais de televisão do Maranhão e a outra voltada à compreensão das dinâmicas da SECAP. Portanto, o que apresentamos aqui é um recorte e uma tentativa de aproximação das duas pesquisas, já que no decorrer do desenvolvimento observamos pontos de inflexão entre elas.

perguntas foram realizadas. Para os profissionais que atuavam no governo foi perguntado se existia resistência de alguma emissora em acatar a pauta e qual a relação da SECAP particularmente com as TVs Mirante e Difusora. Como neste trabalho investigamos a relação direta entre TV Mirante e governo do estado, as respostas relativas à TV Difusora não foram incluídas.

As entrevistas com os profissionais da TV Mirante ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2020 de forma remota por ligação de vídeo através da ferramenta *Meet*, disponibilizada pelo *Google*, e pelo WhatsApp, devido à pandemia da COVID-19. Foram entrevistados dois produtores e seis editores-chefes das cinco praças da emissora, e as entrevistas tiveram duração média de 35 minutos. Os profissionais que ocupam esses dois cargos foram escolhidos por serem os que selecionam e aprovam as pautas, portanto, avaliamos que seria adequado ouvi-los com relação à escolha dos acontecimentos que são selecionados, e também por estarem mais diretamente envolvidos com as fontes, no caso dos produtores. Vale mencionar que nem todas as praças possuem produtores, por isso o número é menor em relação aos editores-chefes.

131

Já as entrevistas com os servidores da SECAP aconteceram entre novembro de 2019 e novembro de 2020 de maneira presencial na própria Secretaria, e tiveram duração média de 43 minutos. Os entrevistados são funcionários ligados a cargos de chefia ou coordenação na pasta, sendo a secretária adjunta de comunicação social, o secretário adjunto de radiodifusão, a gestora de imprensa e a coordenadora de redes sociais.

Todas as declarações foram autorizadas pelas fontes a serem gravadas. Depois elas foram ouvidas novamente, transcritas e analisadas. Optou-se por não identificar nenhum dos entrevistados pelo nome, uma vez que o interesse está no desenvolvimento de suas atividades. Assim, os profissionais da TV Mirante serão identificados pela sigla *P*, seguido pela praça de onde trabalham, e os da SECAP por seus cargos. Os resultados são apresentados a seguir.

#### **4. Resultados e análise interpretativa**

Como mostrado até aqui, há uma relação direta entre a família Sarney com o maior grupo midiático do estado, o Sistema Mirante, do qual a TV Mirante faz parte.

Desse modo, questionamos os profissionais entrevistados da emissora se a produção da notícia sofre alguma interferência política no que é ou não produzido para os telejornais. Cinco dos oitos entrevistados da TV Mirante garantem que grupos econômicos e políticos não interferem na produção jornalística das emissoras.

Acho que não. Pelo menos na nossa situação local eu sinto que o jornalismo é levado com muita imparcialidade. A TV Mirante segue um “padrão Globo” na construção das matérias, de reportagens, com critérios de resposta, aos direitos de resposta, isso a gente tem uma linha editorial que segue o padrão Globo de jornalismo. A interferência para a nossa cobertura regional está muito mais relacionada com as nossas limitações [...], não por linha editorial (P8, TV Mirante de Imperatriz, em entrevista às autoras, 2020).

Os outros três profissionais reconhecem essa intervenção política na produção da Mirante, mas mesmo assim relativizam a interferência: “a gente mostra a isenção também” (P2, TV Mirante de São Luís, em entrevista às autoras, 2020). Os profissionais sustentam que não importa de quem esteja falando, se for uma informação relevante para a sociedade, de forma positiva ou negativa, a notícia será veiculada. “A gente sempre procura fazer isso de uma forma bem isenta com máximo de imparcialidade possível que é pra gente não correr o risco de ser taxado de só ter um lado sem procurar ouvir os dois lados da notícia” (P4, TV Mirante de Balsas, em entrevista às autoras, 2020). Neste caso, vemos uma contradição na fala dos próprios entrevistados, que ora assumem que há algum grau de interferência política, ora garantem que, apesar disso, o jornalismo é feito com isenção.

Com base nas declarações feitas pelos editores-chefes e produtores das praças da TV Mirante, a produção da notícia é realizada de acordo com as demandas e critérios de noticiabilidade, com igualdade de cobertura para todos os setores da sociedade, segundo os profissionais. Ao indagarmos como ocorre a cobertura sobre assuntos voltados, de alguma forma, para a oposição política do veículo de comunicação, P1, da TV Mirante de Imperatriz, garante que se a notícia tiver relevância social para a comunidade, independentemente do partido ou figura política, a matéria é exibida sem interferências.

Se for uma pauta só pra fazer propaganda com aquele cara óbvio que não vamos transformar em notícia, mas se é uma coisa que é relevante pra comunidade aí a gente faz. Por isso eu te digo com muita clareza e firmeza

que se for importante pra comunidade e realmente vai ter um impacto social, a gente faz sim, independente do partido dele. Nós temos feito várias coberturas de ações da própria assembleia legislativa, da prefeitura, do governo do estado - já que estamos mostrando bastante coisas do que ele tem feito, né, principalmente nessa época de pandemia. Agora se for só pra ele se aparecer e dizer “fulano de tal fez isso e isso...” não faz sentido (...), só faz sentido de se tiver relevância social (P1, TV Mirante de Imperatriz, em entrevista às autoras, 2020).

Apesar de a maioria dos profissionais do veículo de comunicação defender que as relações políticas-econômicas não determinam a construção e enfoque da notícia, três profissionais do veículo reconhecem que de algum modo os vínculos estabelecidos com esses grupos podem interferir na produção jornalística. Contudo, para os entrevistados, essas intervenções são mais econômicas que políticas. “As questões econômicas influenciam até mais que as questões políticas atualmente [...] existem sim interferências, mas não são tão constantes e determinantes, são negociáveis” (P5, TV Mirante de São Luís, em entrevista às autoras, 2020). Para esta outra jornalista, o maior problema é a “ditadura do patrocinador”, mas ela avalia que é possível “combater” essas interferências – sejam de ordem política ou econômica, a partir de uma boa prática jornalística:

133

(...) Na TV Mirante, o que a gente tenta é que a notícia do fato seja importante, acima de tudo... Isso serve para questões políticas, econômica, questões de opinião. Então se você faz o jornalismo que você aprende na faculdade, que é procurar suas fontes, respeitá-las, ouvir os dois lados... Você consegue, sim, combater isso (P7, TV Mirante São Luís, em entrevista às autoras, 2020).

Do ponto de vista do governo, os quatro servidores da SECAP acreditam que o jornalismo do Sistema Mirante de Comunicação sofre interferências políticas. A partir de sua experiência no governo, o secretário adjunto de radiodifusão avalia que, na gestão Roseana Sarney, as pautas produzidas no governo priorizavam o maior sistema de comunicação do estado. “Existia uma espécie de privilégio de informações e aí era um ciclo vicioso que retroalimentava tanto do ponto de vista financeiro, como também da informação” (Sec. Adj. Radiodifusão, entrevista às autoras, 2020). Inclusive, segundo a coordenadora de redes sociais, isso fez com que, desde a campanha, Flávio Dino buscasse formas alternativas de comunicação como as redes sociais.



Os entrevistados da SECAP dizem que a pasta assegura um tratamento isonômico a todos os meios, buscando democratizar a informação no estado a fim de quebrar o modelo de comunicação implantado pelos Sarney, mas isso não garante que os veículos façam a adesão das pautas governamentais, já que estes seguem uma linha editorial. Diferente do que afirma a maioria dos profissionais da TV Mirante, para os trabalhadores da SECAP, esta emissora se pauta de acordo com a ideologia do grupo político a qual é ligada.

O Sistema Mirante já vem com um pedido contaminado de ideias preconcebidas do governo. Não é uma coisa: “o governo vai fazer isso aqui?”; é “por que o governo está fazendo isso aqui e não isso?” É sempre uma coisa muito de disputa de narrativa já nos desafiando a esclarecer a questão. Os outros veículos são mais... Tem uns que são mais receptivos, a Difusora é um deles (Sec. Adj. Comunicação Social, em entrevista às autoras, 2019).

A gestora de imprensa da SECAP destaca que os veículos de comunicação aliados ao grupo Sarney tentam ao máximo ignorar pautas politicamente mais importantes e, quando é inevitável que uma pauta seja noticiada devido aos critérios de noticiabilidade, ocorre de forma “bem leve e rápida”, tentando não destacar tanto a notícia.

134

O que eles fazem para tentar nos atingir: vamos supor que tem três blocos o jornal... uma matéria positiva, na TV Mirante, é colocada no segundo bloco. Começam o jornal com uma negativa e terminam o jornal com uma negativa [...] Mesmo que eles não queiram, eles acabam mostrando que a gente tá trabalhando, sim, e que as coisas estão acontecendo (Gestora de Imprensa, em entrevista às autoras, 2019).

Segundo a gestora de imprensa, a SECAP, visando à adesão jornalística dos veículos de comunicação, adota técnicas do jornalismo para tornar as ações governamentais interessantes para os veículos, de forma que os noticiários locais, principalmente a TV Mirante, não tenham como ignorar a pauta. As três estratégias consistem na projeção nacional da pauta, na divulgação para o máximo de pessoas e na fixação da informação.

A projeção nacional da pauta implica em fazer com que o assunto chame a atenção da imprensa nacional. Isto tem duas consequências: a primeira é que a

cabeça de rede<sup>19</sup> obrigue a afiliada a cobrir tal pauta para ter material para veiculação; e a segunda é que, pautando nacionalmente, a imprensa local fique mais atenta. “Todos esses temas ganham muita repercussão nacional, e a partir disso a mídia local é obrigada a pautar aquele acontecimento porque ela não vai ficar de fora do que tá se trabalhando nacionalmente” (Gestora de Imprensa, entrevista às autoras, 2019).

A segunda estratégia para inserção na mídia tradicional é divulgar a informação para o máximo de profissionais para que ela seja noticiada. A SECAP dispõe de um *mailing* de dois mil contatos, compostos pela imprensa da mídia local e nacional. Esses veículos recebem cotidianamente informações do governo, ficando a critério deles publicarem as matérias de interesse. Contudo, como o número de contatos é grande, muita coisa é emplacada e a notícia se torna relevante.

O fato é que a partir disso, como a quantidade de conteúdo que a gente dispara diariamente é muito grande e como a quantidade de contatos que a gente consegue atingir também é muito volumoso, a gente acaba conseguindo emplacar muita coisa pela questão técnica e de volume (Gestora de Imprensa, entrevista às autoras, 2019).

135

A terceira estratégia é “sangrar” ao máximo o conteúdo, principalmente quando se trata de algo que irá acontecer. A ideia é fixar a informação trabalhando-a previamente, durante e depois do acontecimento. A repetição do assunto faz com que ele se torne importante, passando a ser um critério de noticiabilidade do jornalismo.

Se é, vamos supor, Restaurante Popular, a gente fala desses restaurantes antes de inaugurar. Mais ou menos uns 10 dias antes vai falando, vai falando, vai falando... É inevitável. [...] No pós, a gente consegue mais três dias de divulgação. A gente trabalha com repetição, então não tem como não conseguir atingir a população (Gestora de Imprensa, entrevista às autoras, 2019).

De modo geral, as entrevistas com os profissionais que atuam na construção da notícia telejornalística do Maranhão e com os servidores da Secretaria de Comunicação do governo do estado ilustram um cenário midiático construído pelo campo político. A literatura indica que quando temos um mercado de mídia

---

<sup>19</sup> No jornalismo, cabeça de rede é o nome dado para a praça líder da emissora. É a responsável por produzir boa parte do conteúdo e distribuir entre suas praças/sucursais.

controlado diretamente por grupos políticos e econômicos, consumimos um jornalismo tendencioso que influencia na qualidade da notícia e nas potencialidades que a mídia regional detém (AGUIAR, 2016; DEOLINDO, 2019; CABRAL, 2019). No entanto, a partir das entrevistas com os profissionais que atuam na TV Mirante, identificamos que essas interferências não são reconhecidas como algo que impacta diretamente no tipo de cobertura realizado. Ao mesmo tempo, observamos uma contradição na fala dos entrevistados, que ora asseguram que a preocupação está na relevância social e em passar a notícia que interessa para a população, independentemente do vínculo político-partidário, ora indicam que há algum tipo de interferência de ordem política e/ou econômica. Essa contradição entre o que a literatura indica e o que os profissionais reconhecem pode ser resultado de diversos fatores. Um deles é de que há um *gap* entre o discurso sobre a prática jornalística e o resultado dela (MICK e KAMRADT, 2017), bem como o medo de sofrer sanções internas e a crença do seu papel enquanto jornalista para a qualidade do sistema democrático, mesmo em um contexto em que a importância do jornalismo é questionada (SCHUDSON, 2018).

136

Do outro lado, temos os profissionais que atuam na SECAP. Como a comunicação deve ser prioridade nas instituições públicas para benefício da sociedade (TELES e MOURA, 2020), os entrevistados da Secretaria apontam que a pasta não espera a decisão da linha editorial da TV Mirante para emplacar suas notícias, buscando outros meios de comunicar o público e democratizar a informação. No entanto, os discursos de democratização, mais do que este propósito, assumem o papel de desarticular o poderio exercido pelo grupo Sarney por meio do Sistema Mirante. Mesmo a SECAP dispondo de várias fontes da mídia e a buscando formas alternativas de comunicação adotadas desde a campanha de Flávio Dino ao governo do Estado, a pasta desenvolve estratégias para sua inserção midiática positiva na TV Mirante, primeiro pela popularidade que a televisão ainda dispõe no estado e por esta emissora ser a de maior audiência (ATLAS DA COBERTURA REDE GLOBO, 2020).

Dada essa percepção do poderio da TV Mirante como força comunicacional e política e a alegação de que a gestão Dino está passível de possíveis incursões do sistema midiático, foram articuladas na SECAP estratégias para as inserções positivas no telejornalismo da emissora. Ainda assim, as implicações políticas na

cobertura jornalística são as mesmas. Uma assessoria de comunicação em órgão público deve ser vista como uma política pública fundamental que priorize o cidadão (WELLS, 2006; DUARTE, 2007; MARTINEZ, 2011), um dos principais fatores que garantem isso é a imprensa. Contudo, não existe uma imprensa livre o suficiente que viabilize uma democratização da informação, uma vez que ela é “integrada, em grande medida, por atores privados comprometidos com seus próprios interesses” (DUARTE, 2007, p. 4). Gil e Matos (2012) afirmam que enquanto narrativas políticas se confundirem com o ato de informar a sociedade, uma comunicação pública não será possível. O cidadão precisa ser incluído no processo comunicativo não apenas como mero expectador. Isto só será possível com uma imprensa de fato livre (LIMA, 2012).

137 Vale ressaltar que a concentração de grupos midiáticos na posse de políticos é considerada uma prática ilegal. No entanto, a falta de regulamentação permite que este cenário reverbere pelo país, não sendo uma exclusividade do estado do Maranhão. Diante disso, apesar de a maioria dos profissionais entrevistados da TV Mirante garantir que as relações de grupos políticos e econômicos não são determinantes na produção da notícia, alguns profissionais reconhecem essa interferência.

Sobre as declarações dos profissionais entrevistados para esta pesquisa e os principais tópicos da discussão, discorreremos a seguir sobre o que os achados da investigação significam para a prática jornalística atravessada diretamente por questões políticas no cenário maranhense.

## **5. Considerações finais**

Este artigo teve o propósito de investigar como os profissionais da TV Mirante atuam em relação à cobertura de assuntos políticos, além de buscar compreender quais as estratégias de comunicação do governo estadual para inserir suas pautas no jornalismo da emissora. A pergunta que se buscou responder foi: em que medida um veículo jornalístico abertamente ligado a um grupo político interfere na divulgação da comunicação de um governo de oposição? As principais considerações do estudo, a partir das entrevistas realizadas com quatro

profissionais da SECAP e oito da TV Mirante, indicam que há um certo embate na produção de pautas relacionadas ao governo do Estado.

A maioria dos profissionais responsáveis pela construção da notícia na emissora afirma que não existem interferências e que apesar do veículo ser de propriedade de um grupo político isso não determina como a produção jornalística é realizada. Por outro lado, os servidores da SECAP declaram que as pautas da TV Mirante costumam ser contaminadas de ideias pré-concebidas do governo, obrigando a Secretaria a articular estratégias para se inserir na agenda midiática do estado.

A partir das entrevistas, nota-se que os profissionais da Mirante atuam baseados num ideal de jornalismo imparcial, mesmo que a literatura que embasa este trabalho aponte que a ligação de emissoras com grupos políticos interfere no modo em que a notícia é produzida. Isso contribui para a deslegitimação da pluralidade da informação e do interesse público no ambiente jornalístico. E, apesar de essa não ser uma prática reconhecida pela maioria dos profissionais, observam-se indícios de que acontece – o que leva à necessidade de continuar o acompanhamento dessas práticas e do conteúdo publicado, a fim de chegar a conclusões mais precisas sobre essa possível interferência. É importante refletir se isto aconteceria se o governo em curso dispusesse de apoio editorial do veículo. Isso se mostra pertinente sobretudo porque se trata de assuntos de interesse público, que podem ficar de fora da cobertura jornalística ou ainda serem pautados sob algum tipo de viés político. Partindo do pressuposto de que a agenda da mídia tradicional ainda é um importante espaço para a conformação da agenda do público (McCOMBS, 2009), compreender o tipo de informação que o cidadão tem acesso - e os entraves da produção, são fundamentais para a qualidade democrática.

138

O que oferecemos, neste trabalho, são evidências a partir da experiência e percepção dos profissionais, que podem contribuir para uma compreensão mais robusta do fenômeno, considerando outros veículos e contextos. Um caminho para pesquisas futuras é realizar uma análise de conteúdo, com base nas entrevistas realizadas, das notícias do telejornalismo da TV Mirante de modo que não só seja averiguado o que é declarado pelos profissionais da emissora, mas também se as estratégias da SECAP, apontadas pelos entrevistados da pasta, têm eficácia. Assim, teremos mais um ponto de inflexão para compreender de que modo a relação entre

grupos políticos e midiáticos interfere na produção noticiosa e no que o cidadão tem acesso.

## 6. Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ALBUQUERQUE, Afonso. On Models and Margins: comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In: **Comparing Media Systems Beyond Western World**. HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 72-95.

ATLAS DE COBERTURA REDE GLOBO (Maranhão). **Área de cobertura**. Maranhão, 2020.

BARROS FILHO, José. **A tradição engajada**: origens eleitorais no percurso de um agente. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

139

BUZAR, Benedito. **A televisão chega a São Luís**. O Estado do Maranhão, São Luís, 10 nov. 2013. Disponível em <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/a-televisao-chega-a-sao-luis/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Entre políticas e o marco legal: a comunicação nas Constituições federais brasileiras. **Eptic**, vol. 22, n. 1, 2019, p. 29-43.

CERVI, Emerson Urizzi. Uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 17, p. 106-136, 2011.

CHAKRAVARTTY, Paula; SRIRUPA, Roy. Media pluralism redux: Towards new frameworks of comparative media studies "beyond the West". **Political Communication**, v. 30, n. 3, 2013, p. 349-370.

COUTO, Carlos. **Estado, mídia e oligarquia**: Poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. Mídia e centralidade urbana: um estudo comparado da série Regiões de Influência das Cidades do IBGE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 4, 2019, p. 56-68.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos**: um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**. 2007. Disponível em: <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartev.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FERREIRA, Franklin Douglas. **Mídia e poder político**: a disputa entre grupos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

FIGUEIREDO, Marcos Arruda Valente de. **TV Difusora**: a política na história da televisão no estado do Maranhão – 1962 a 1991. 2016. 250f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIL, Patrícia Guimarães; MATOS, Heloísa. Quem é o cidadão da comunicação pública? In: MATOS, H (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo, SP: ECA/USP, 2012: Disponível em <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgcom/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-books.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf>. Acesso em 02 dez. 2020.

140

GUERRERO, Manuel Alejandro. The 'Captured Liberal' Model of Media Systems in Latin America. IN: **Media systems and communication policies in Latin America**. GUERRERO, Manuel Alejandro; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. Springer: Palgrave Macmillan UK, 2014, p. 43-65.

HABERMAS, Jurgen. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research. **Communication theory**, Austin, v. 16, n. 4, 411-426, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems**: three models of media and politics. New York: Cambridge University Press, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/48b3330f95f562605540cd463190d13b.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/48b3330f95f562605540cd463190d13b.pdf) . Acesso em: 31 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Cidades e estados**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2018**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>. Acesso em: 31 jul. 2020.

INTERVOZES. **Direito à comunicação no Brasil 2016**. São Paulo: Intervezes, 2016. Disponível em: <https://intervozes.org.br/arquivos/interliv010dac2016.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

LIMA, Venício Artur. Os grupos contrários à liberdade de expressão são os mesmos que empunham a bandeira da liberdade de expressão. **Desafios do Desenvolvimento**, v. 2012. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2787:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2787:catid=28&Itemid=23). Acesso em 19 jan. 2019.

McCARGO, Duncan. Partisan polyvalence: Characterizing the political role of Asian media. In: **Comparing Media Systems Beyond Western World**. HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 201–223.

141

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACIEL, Sammyla. Um panorama das teses e dissertações que abordam o tema Sarney e Comunicação. In: **Anais do XII Simpósio de Comunicação da Região Tocantina**, Imperatriz, 2019.

MARTINEZ, Marina. Regina. Estevez. Implantando uma Assessoria de Imprensa. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2011.

MASSUCHIN, Michele; SOUSA, Nayara; SILVA, Luana. “O MARANHÃO É DE TODOS NÓS” E “QUE BOM TE TER DE NOVO GUERREIRA DO POVO”: a propaganda televisiva de Flávio Dino e Roseana Sarney nas eleições de 2018 no Maranhão. In: **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, Brasília, 2019.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira: uma visão econômica social e política**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MENDONÇA, Fabíola; REBOUÇAS, Edgard. **Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder**. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. Disponível em:



<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1640-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MICK, Jacques; KAMRADT, João. **O fim da notícia:** A monopolização da mídia e o trabalho dos jornalistas: o jornal A Notícia (SC) sob o comando da RBS. Florianópolis: Insular, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. **Lua Nova (online)**, n.68, p. 91-121, 2006. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 29 nov. 2020.

PINTO, Pâmela Araujo. **Brasil e as suas mídias regionais:** estudo dos mercados das regiões Norte e Sul. Rio de Janeiro, Multifoco, 2017.

PORCELLO, Flávio. Telejornalismo regional gaúcho e suas relações com o poder. In: **Telejornalismo Local: Teorias e Conceitos**. COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárlica. Florianópolis: Insular, v. 8, 2019, p. 239-254.

SANT'ANNA, Franciso. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SCHUDSON, Michael. **Why Journalism Still Matters**. Cambridge/Medford: Polity Press, 2018.

142

SHUEN, Li-Chang. Os governos Roseana Sarney e Flávio Dino nas manchetes de O Estado do Maranhão. **Revista Famecos**, Porto Alegre. v. 25, n.1. 2018a, p. 1-19.

SHUEN, Li-Chang. Propaganda eleitoral nas notícias: interfaces entre jornalismo e Programa Eleitoral Gratuito nas eleições para o governo do Maranhão. **Revista Observatório**, Palmas. v. 4, n.4. 2018b, p. 714-737.

SHUEN, Li-Chang; ALMEIDA, Domingos Alves de; REIS; Rodrigo Nascimento. Exercícios de jornalismo adversário: mil dias do governo Flávio Dino nas páginas de O Estado do Maranhão. IN: **Comunicação & Política: Interfaces em esferas regionais**. MASSUCHIN; Michele Goulart et al. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 229-250.

SILVA, Sarah Dantas do Rego. **TELEJORNALISMO REGIONAL NO MARANHÃO:** Rotinas de produção e percepção dos profissionais de comunicação das TV Mirante e TV Difusora. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Ana Maria; MOURA, Dione Oliveira. A atuação do jornalista em assessorias de comunicação de órgãos públicos: uma abordagem teórica sobre comunicação pública. In: 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO -

SBPJOR, 2020, encontro virtual. **Anais do 18º SBPJOR**, 2020. Disponível em <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/view/2678>. Acesso em 06 jan. 2021.

VANNUCHI, Camillo. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 38, mai-ago., 2018, p. 167-180. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145>. Acesso em 25 jun. 2020.

VOLTMER, Katrin. How Far Can Media Systems Travel? Applying Hallin and Mancini's Comparative Framework Outside the Western World. In: **Comparing Media Systems Beyond Western World**. HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 224–245.

WELLS, Ana Maria Córdova. Estudo sobre assessorias de comunicação social na esfera pública estadual: práticas profissionais e processo comunicacional. **Organicom (USP)**, v. 3, p. 145-163, 2006.

## Politics and the news construction on the regional media system: the TV Mirante and government of Maranhão's case

Sarah Dantas do Rego Silva  
Sammyla Maciel  
Camilla Quesada Tavares

**Abstract:** The main goal of the research is to investigate how the professionals of TV Mirante, a branch of Rede Globo in Maranhão, operate in relation to the coverage of political issues, considering the current governor is from the opposite group to the owner of the vehicle, Sarney family. Thus, we will try to understand the communication strategies of the state government to insert political themes into the news coverage. The methodology we adopted was the technique of in-depth interviews with eight professionals from TV Mirante and four from the State Secretariat of Communication and Political Affairs (SECAP). Given the interviews, the main considerations of the study showed that the professionals from the Department of Communication have different perceptions in comparison to those who work at TV Mirante. On the one hand, most of the TV station's interviewees argue that there is no political intervention in news coverage. On the other hand, SECAP's professionals believe there has been resistance to inform the actions of the state government by the above-mentioned media.

**Keywords:** news production; regional media system; Mirante's TV; Department of Communication and Political Affairs; Maranhão.

## Política y construcción de noticias en el sistema regional de medios: el caso de TV Mirante y el Gobierno de Maranhão

Sarah Dantas do Rego Silva  
Sammyla Maciel  
Camilla Quesada Tavares

**Resumo:** El objetivo del estudio es investigar cómo actúan los profesionales de TV Mirante, redacción local de la Rede Globo en Maranhão, en relación a la cobertura de temas políticos, considerando que el actual gobernador es del grupo opuesto a la familia propietaria del vehículo, los Sarney. De igual manera, intentaremos comprender las estrategias comunicacionales del gobierno estatal para insertar su agenda en el periodismo de la emisora. Como metodología, se adoptó la técnica de entrevistas en profundidad con ocho profesionales de TV Mirante y cuatro de la Secretaría de Estado de Comunicación y Asuntos Políticos (SECAP). Por medio de las entrevistas realizadas, las principales consideraciones del estudio muestran que las declaraciones de los profesionales de SECAP están en consonancia con las de TV Mirante. Por un lado, la mayoría de los entrevistados de la red argumentan que no hay intervenciones políticas en la cobertura periodística. Por otro lado, profesionales de la SECAP denuncian que existe resistencia, por parte de ese vehículo, a publicar noticias sobre el gobierno estatal.

**Palavras-chave:** produção de la noticia; sistema regional de médios; TV Mirante; Departamento de Comunicação y Asuntos Políticos; Maranhão.

Recebido em 5 de agosto de 2021  
Aprovado em 12 de novembro de 2021